

## **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE DEZEMBRO DE 2009**

----Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas 20H45M, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Azambuja, em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. -----

### **ORDEM DO DIA**

**Ponto 1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL**

**Ponto 2 - PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS, ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2010 E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2010/2013 - (P 21-A/P/2009)**

**Ponto 3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRAIS DO MUNICIPIO DE AZAMBUJA - 1º SEMESTRE DE 2009 - (INFORMAÇÃO Nº 5-A/P/2009)**

**Ponto 4 - PROPOSTA Nº 06/2009 DO P. S. - CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE HONRA**

**Ponto 5 - REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o primeiro e segundo Secretários, Sr. Rui Augusto Nabais e Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo. -----

---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores Ana Sofia dias Ajuda, António Batista Marques, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emídio Costa, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Franco Corrêa, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, Justino Cláudio de Oliveira, Joaquim Manuel Costa Carvalho, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge e Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos. -----

---- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os Senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Ana Maria Correia Ferreira, Silvino José da Silva Lúcio e António Jorge de Oliveira Lopes, Vereadores. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar da substituição do Sr. Lúcio Manuel Cardador Costa pelo Sr. Joaquim Manuel da Costa Carvalho. -----  
Seguidamente informou de estar constituída a Mesa, haver “quórum” e que, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu também que por se tratar de uma reunião ordinária haveria dois períodos antes da ordem do dia, um para o Público e outro para os Senhores Deputados. -----

#### **ANTES DA ORDEM DO DIA**

---- O Sr. Presidente da Mesa perguntou, então, se havia no público quem quisesse intervir. -----

---- Interveio o Sr. Firmino Amendoeira, munícipe, querendo colocar algumas questões relacionadas com o Bairro da Socasa. Assim, quis saber a razão de as zonas destinadas a espaços verdes estarem a ser alcatroadas, nomeadamente entre as Ruas do Salgueiro e da Lavandeira e junto ao Café Valverde e, também, o motivo de a iluminação de natal se encontrar apagada. Alertou para o facto de na Vila de Azambuja os contentores do lixo estarem colocados muito próximo das bermas das ruas originando a que, em situações de ventos fortes, os mesmos se desloquem para o meio da via. -----

---- Saudando todos os presentes, interveio o Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas por aquele munícipe. -----

Relativamente à primeira situação, disse que a Câmara está a dar cumprimento ao projecto apresentado pela Socasa. Relativamente à iluminação de Natal, disse ser da responsabilidade da Junta de Freguesia. Sobre os contentores, referiu que devido ao temporal que se tem feito sentir nos últimos dias nada está nos seus lugares. Contudo, informou de que a Autarquia está a fazer uma experiência piloto com a implantação de contentores subterrâneos, cujo objectivo é, lentamente, ir acabando com os existentes nas ruas, uma vez que dos pontos de vista estético, higiénico e de segurança são uma forma mais amiga do ambiente. -----

---- Não havendo outras intervenções por parte do público, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a correspondência à disposição dos Senhores Deputados Municipais para consulta e para submeter à votação três actas. -----

#### **APROVAÇÃO DE ACTAS**

---- Colocada à votação a acta da reunião ordinária do dia 28 de Setembro de 2009, a qual foi aprovada por maioria com 15 votos a favor e 6 abstenções. -----

---- Colocada à votação a acta da reunião de 22 de Outubro de 2009, foi a mesma aprovada por maioria com 25 votos a favor e 2 abstenções. -----

---- Colocada à votação a acta da reunião extraordinária do dia 20 de Novembro de 2009, foi a mesma aprovada por maioria com 27 votos a favor de 1 abstenção. -----

O Sr. Presidente informou de que havia chegado o momento de os Grupos fazerem à Mesa as Propostas ou Moções que tivessem a apresentar. -----

---- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas interveio para pedir autorização para reformular a proposta do PS constante da Ordem do Dia. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues interveio para dizer que a proposta poderia ser reformulada desde que o texto inicial da mesma fosse revisto. --

---- O Sr. Deputado José Manuel Pratas anuiu à sugestão do Sr. Deputado António José Rodrigues e, não havendo nada a opor por parte dos restantes membros da Assembleia, ficou de fazer as devidas correcções e de a substituir, entregando-a à Mesa por altura da sua discussão. -----

Seguidamente, o Sr. Presidente deu início ao período antes da ordem do dia para os Senhores Deputados Municipais. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal António Godinho da Coligação P.F.N.T. para falar sobre o funcionamento de Centro de Saúde de Azambuja. Disse terem tido conhecimento de algumas situações que os deixaram preocupados, nomeadamente, o encerramento do Centro de Saúde a agudos e urgentes no período da manhã, a não substituição de um medido em Alcoentre e a hipótese do encerramento da extensão de Manique do Intendente. Assim, e no exercício do acto para que foi eleito pela Assembleia para as questões da saúde, disse ter pedido, de imediato, uma reunião com o director executivo do ACES, que integra também o Centro de Saúde de Azambuja, Sr. Dr. Carlos Ferreira. Informou de que a esta reunião foi muito frutuosa na medida em que foram esclarecidas algumas questões que se prendem com o funcionamento do próprio Cento de Saúde. Sobre a Extensão de Manique do Intendente foi-lhes dito que não estava previsto o seu encerramento e, relativamente a Alcoentre, estavam a ser envidados esforços no sentido de deslocar médicos para aquela extensão. -----

Quanto ao serviço de atendimento de agudos e urgentes de Azambuja, disseram que esse serviço ia acabar, e que irá passar a ter uma situação semelhante aos outros centros de saúde do ACES Lezíria 1, ou seja, passará a ter um atendimento complementar das 14 às 22 horas durante a semana e aos sábados, domingos e feriados das 8 às 22 horas. Relativamente ao período da manhã, irá haver uma alteração substancial no atendimento dos médicos de família, que passarão a ter vários períodos na sua consulta matinal e terão consulta todos os dias da semana, de segunda a sexta-feira, 6 horas de consulta dividido por saúde de adultos, situações de urgência, de planeamento familiar, saúde infantil, etc. A saúde de adultos será com marcação a as situações de urgência, que aparecem no próprio dia, serão atendidas em função de doença aguda. Durante o período da manhã estas situações ficarão, deste modo, resolvidas e no período da tarde para outras situações e para o atendimento a doentes sem médico de família. Foram também dadas algumas novidades que, no entender do Sr. Deputado Municipal, lhe parecem interessantes como o agendamento de consultas, no período da manhã, com uma antecedência de 5 dias que poderá ser feito pessoalmente, por telefone ou pelo novo sistema denominado “engenda” através da Internet. Esta última opção permite também fazer o pedido de renovação de medicamentos que tomam habitualmente, desde que o seu médico o registre como doente crónico, levantando-os posteriormente na respectiva extensão a que pertence. Embora interessante, esta situação deverá ser devidamente acompanhada uma vez que haverá muitas pessoas que não têm acesso à Internet, sendo que a autarquias locais, Juntas e Câmara, terão de ter um papel activo na prestação de ajuda aos munícipes. Neste sentido, o Sr. Deputado disse que iria apresentar uma recomendação. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado José Manuel Pratas para dizer que o PS está disponível para discutir todas as propostas apresentadas quer pelo PS quer por qualquer outra força política. Aproveitou a sua intervenção para fazer a entrega na Mesa da lista contendo os nomes dos elementos do Partido Socialista para a constituição dos Grupos Municipais. -----

---- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal David Mendes para colocar algumas questões ao Município. Começou por perguntar pelo ponto de situação do diferendo entre a Câmara e as Águas do Oeste. Depois, abordou outras questões como, a responsabilidade da Câmara na resolução do problema da ETAR de Vila Nova de S.

Pedro, as vias alternativas à circulação de pesados em Aveiras de Cima, nomeadamente, Comeiras/Casais da Lapa/Rotunda de Aveiras e Cruzamento de EN 366/Vale Coelho/Vale do Brejo, a situação do PDM e dos Planos de Pormenor em Curso e qual o destino do plano de pormenor da zona nascente de Aveiras de Cima. -

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro também pediu a palavra para falar sobre o problema das Águas de Azambuja. Disse que tem vindo a ser abordado por alguns consumidores dando-lhe nota de situações completamente absurdas e que não nos podem passar ao lado. Uma delas, sui-generis, é de que para esta empresa os meses passaram a ter 33 e 34 dias. Tendo em conta o que sempre foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara tudo o que se passasse em torno da concessão das Águas era da responsabilidade política do Município. Assim, constata-se que esta empresa está completamente desorganizada e não é por ser uma organização nova, uma vez que na sua estrutura figura a Aquapor, que se gaba de ter uma série de certificados de segurança. Acrescentou que esta situação também se passou durante muitos anos em Alenquer, cuja concessão foi entregue à mesma empresa que gere agora as águas em Azambuja. Aprofundando esta questão, verifica-se que existem algumas habilidades. Factura consumos de poucos dias para que os consumos aumentem de forma passarem ao escalão seguinte. Depois, sem qualquer tipo de explicação, a empresa chega a consumos médios perfeitamente desajustados, levando mais uma vez à passagem aos escalões seguintes. O Sr. Deputado Municipal frisou que esta situação precisa de um enquadramento. Deu exemplos de alguns Municípios servidos pela Aquapor onde os preços variam entre 0,39 €/m<sup>3</sup> e 0,73 €/m<sup>3</sup>, sendo que no Município a mesma empresa em Azambuja factura ao preço mais alto 0,73€. Referiu também, como outro exemplo, o Concelho de Lisboa, servido pela EPAL, que tem a tarifa do 1º escalão fixada em 0,16€. Ora, não sendo o único factor, vai havendo cada vez mais dificuldades no crescimento e desenvolvimento do nosso Concelho, pelo que sugeri uma análise ao contrato de concessão para saber se está a ser devidamente aplicado. Referiu ainda que, se o contrato não contemplar cláusulas que salvaguardem esta matéria, então está mal feito e exige uma responsabilização política de quem o fez. - O Sr. Deputado Municipal informou de que no final desta Assembleia Municipal faria a entrega ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de um Requerimento sobre esta matéria. -----

---- De seguida interveio o Sr. Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Começou por se referir à intervenção do Sr. Deputado António Godinho, dizendo que também ele por diversas vezes teve reuniões com o Dr. Carlos Ferreira, tendo concluído que as medidas perspectivadas para o Concelho de Azambuja a partir de 4 de Janeiro são, de facto, medidas boas para a nossa população. Acrescentou que a criação do serviço de atendimento a agudos e urgentes é uma invenção do Centro de Saúde de Azambuja, não existindo em mais lado nenhum. Para além disso o Concelho vai ter mais 80 dias/médico por mês e nos cinco dias da semana vamos ter médicos em todas as extensões do Centro de Saúde. No Centro de Saúde Mãe vão estar sempre dois médicos. A partir do dia 15 de Janeiro vamos também ter uma unidade de apoio da comunidade que é constituída por profissionais de diversas origens como médicos, enfermeiros, psicólogos e assistente social com actividade ao nível de pessoas em risco e do apoio domiciliário. Esta unidade irá ser coordenada pela Enfermeira Carla. O Sr. Presidente referiu também que, ao contrário do que se dizia, nunca esteve em causa o encerramento do Centro de Saúde ou de qualquer uma das suas extensões. -----

Sobre a intervenção do Sr. Deputado Municipal David Mendes, disse ter tomado nota das suas diversas recomendações. No entanto já estão previstas e contempladas no Plano de Actividades, que faz parte de Ordem do Dia da presente reunião, algumas das intervenções referidas pelo Sr. Deputado. Durante este mandato ficará resolvida a situação do tratamento de águas residuais em Manique do Intendente e Vila Nova de S. Pedro, que são as únicas duas freguesias que ainda não foram intervencionadas nesta matéria mas, ainda assim, coloca o nosso Concelho numa posição cimeira no que diz respeito a recolha e tratamento de águas residuais. -----

Relativamente à revisão do PDM, o Sr. Presidente disse terem sido feitos o diagnóstico da situação e os factores críticos de decisão, que entretanto tiverem de ser reformulados por via da alteração da legislação. Efectuaram-se duas reuniões da Comissão de Acompanhamento e espera-se que durante o ano de 2010 esta situação fique resolvida. Vai agora ser iniciada a avaliação ambiental estratégica que, de acordo também com a nova legislação também tem de ser feita. -----

Quanto aos planos de pormenor disse que estão, actualmente, contratados três. O da Serra dos Castelos, que é toda a zona por cima da Zona Industrial de Azambuja/Vila Nova da Rainha, o da Lusolândia e o da Zona Nascente de Aveiras de Cima. Quando se iniciou o plano do PROT-OVT, que entrou em vigor em Dezembro, a CCDR de Lisboa suspendeu o progresso dos planos de pormenor e alterou de tal forma a legislação que, praticamente, tudo o que tinha sido feito a este nível foi para inutilizar. Houve também uma mudança de facto no Plano de Pormenor de Aveiras de Cima, porque o que tinha sido iniciado e apresentado baseava-se na instalação do Aeroporto na Ota e, por isso, teve ser radicalmente alterado. Este plano de pormenor foi agora aprovado em Câmara com uma filosofia diferente da inicial. -----

Sobre as Águas do Oeste, o Sr. Presidente da Câmara disse que iria ter uma reunião final com aquela empresa e está tudo a ser preparado para entrar com o processo em tribunal contra aquela empresa por incumprimento do contrato. -----

Depois, em resposta às questões colocadas pelo Sr. Deputado Daniel Claro, esclareceu que sempre havia dito que as questões ambientais onde se inserem as águas e o saneamento são da responsabilidade política do Município e informou de que o contrato de concessão já se encontra disponível para consulta no “site” da Câmara. Este contrato tem diversos aspectos, o da qualidade da prestação de serviços, o da rapidez de intervenção das equipas, o da garantia do abastecimento de água, o da qualidade da água e o da facturação e respectiva cobrança. Referiu estar tudo a correr bem relativamente aos quatro primeiros aspectos. Sobre a facturação e cobrança o Sr. Presidente disse que tem havido alguma perturbação, que resulta de dois tipos de situação. Primeiro, porque houve uma alteração do sistema informático da Câmara para o que a Aquapor utiliza e que são radicalmente diferentes. Contudo, acha que esta situação já dura há muito tempo. Informou de que tem havido, sistematicamente, reuniões com as Águas de Azambuja onde são contestadas estas situações. Esclareceu que, enquanto na Câmara a facturação estava toda centrada em 4 ou 5 dias do mês, as Águas de Azambuja, por uma questão de organização interna, pretendem que a facturação e a cobrança seja uniforme ao longo do mês, o que os levou, por uma questão de acerto, a emitir facturas com 8, 10 e 15 dias e outras com 35 e 40 dias. Explicou ainda que quando uma factura é de 36 dias o primeiro escalão não vai até 5 m<sup>3</sup>, mas sim até 5,8 m<sup>3</sup> que é o proporcional aos seis dias a mais de cobrança. -----

---- Pede a palavra o Sr. Deputado António Godinho para agradecer os esclarecimentos complementares prestados pelo Sr. Presidente da Câmara relativamente à sua anterior intervenção. Alertou, no entanto, que esta unidade vai precisar de algum apoio da Câmara, como a aquisição de um automóvel e a contratação de técnicos. -----

---- O Sr. Deputado Manuel Couceiro também quis intervir para solicitar que na próxima reunião da Assembleia Municipal se inclua na Ordem do Dia um ponto para fazer a análise aos prejuízos causados pelo temporal da madrugada do dia 23 de Dezembro com a presença do Sr. Comandante Operacional Municipal. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado António Luís Lavado dos Reis para colocar algumas questões, nomeadamente, a existência de um sobreiro na ponte da Quinta do Mor que causa alguns transtornos à circulação de veículos pesados, a falta de médico na extensão de Aveiras de Cima, o serviço prestado pelas Águas de Azambuja, os esgotos em Vale do Brejo, Vale Coelho e Manique do Intendente. -----

---- O Sr. Deputado Herculano Martins pediu a palavra para dizer que na manhã do dia 23 de Dezembro, depois do temporal, tentou contactar por diversas vezes os serviços municipais da Protecção Civil, Bombeiros de Alcoentre, a GNR da Aveiras de Cima, não tendo conseguido chegar à fala com qualquer uma destas entidades. Assim, com vista à desobstrução das estradas a Junta tomou a iniciativa de proceder a cortes e à remoção de árvores. Perante estas dificuldades, perguntou se a Cruz Vermelha tem algum protocolo com a Protecção Civil que lhe permita prestar ajuda nestas situações. Quis também saber qual o papel da APAS Floresta nestes casos. Informou ainda que os dois computadores colocados na Junta pela Ribatejo Digital há alguns meses que não estão a funcionar por falta de rede. -----

---- O Sr. Deputado António José Rodrigues interveio para dizer na última reunião da CIMLT teve conhecimento de algumas matérias que gostaria de apresentar à Câmara para esclarecimento. Uma delas é sobre o levantamento e digitalização de escalas diversas destinadas a ser implementadas em todos os municípios e, a outra, é saber o que é que a Câmara está a fazer em termos de Sociedade de Reabilitação Urbana, já que existe uma equipa de técnicos a trabalhar no sentido de implementar um conjunto de modelos tipo para requerimentos na área do REJUE (Regimento de Jurídico de Urbanização e Edificação). -----

---- De seguida interveio o Sr. Deputado Justino Oliveira para dizer que também já manifestou, perante alguns responsáveis, o seu descontentamento com a actuação da Protecção Civil. Valeu-lhe na situação do temporal o apoio da Cruz Vermelha. O Sr. Deputado fez uma descrição das dificuldades que sentiu em acudir à população da sua freguesia por falta de ajuda. Sugeriu, assim, que a Câmara promovesse uma reunião de trabalho com as Juntas de Freguesia, com o Coordenador da Protecção Civil e com o Vice-Presidente a fim de se discutirem este assunto. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Referiu que eram 5 horas da manhã daquele dia e já o Sr. Vice-Presidente e os Serviços de Protecção Civil andavam na rua a actuar. Também no início da manhã o Sr. Presidente disse ter promovido uma reunião na sede dos Bombeiros de Alcoentre para fazer o diagnóstico da situação, dado a freguesia de Alcoentre ter sido a mais fustigada com o temporal. Referiu ainda que por volta do meio-dia, com a ajuda das Juntas de Freguesia, da APAS, dos Bombeiros de Azambuja e de Alcoentre e da Cruz Vermelha de Aveiras de Cima, todas as estradas municipais estavam desobstruídas. -

Informou de ter sido enviado um e-mail ao Sr. Governador Civil com a estimativa dos prejuízos em Instituições e de que irá ser distribuído um comunicado à população com instruções para o apoio aos agricultores. Sobre o apoio a particulares referiu que realizará amanhã realizar-se uma reunião com a Protecção Civil e a Juntas de Freguesia nesse sentido. -----

Enalteceu a onda de solidariedade que se gerou entre vizinhos e particulares no auxílio a esta situação de emergência. -----

O Sr. Presidente acrescentou que, em relação à EDP, acreditava que esta empresa não estivesse preparada para uma situação destas. No entanto, as equipas da EDP e da RÉN, que andaram com os serviços municipais no terreno, foram inexcedíveis, quer durante o dia, quer durante a noite. Apesar disso, os resultados não foram os que todos gostaríamos que tivessem sido, nomeadamente, a celeridade na reposição da distribuição da energia eléctrica. -----

Relativamente aos esgotos o Sr. Presidente disse que as Aguas de Azambuja entregaram hoje o projecto de excussão da 2ª fase dos esgotos para Manique, Vale do Brejo, Vale Coelho e Quebradas que irá ser devidamente analisado. -----

Quanto às questões apresentadas pelo Sr. Deputado António José Rodrigues, informou de que o Concelho de Azambuja está incluído em todas elas, excepto no que diz respeito ao Portal Autárquico porque se está a desenvolver um programa com a Medidata com esse objectivo, ou seja, colocar on-line todo o tipo de operações que os municípios têm de fazer relativamente ao urbanismo e poderem também acompanhar informaticamente a tramitação processual. -----

---- Posto isto, e antes de encerrar o período Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia interveio para chamar a atenção dos Srs. Deputados Municipais para o teor do nº 4 do Artº 49 do Regimento sobre os Grupos Municipais. -----

Aproveitou para informar de que iria interromper os trabalhos para um curto intervalo de 5 minutos, findo o qual se entraria na discussão dos pontos agendados para a Ordem do Dia. -----

#### **ORDEM DO DIA**

##### **Ponto 1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL**

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que estaria à disposição dos Senhores Deputados Municipais no esclarecimento das dúvidas que entenderem colocar. -----

---- Pediu a palavra o Sr. Deputado David Mendes querendo ser esclarecido sobre o acompanhamento do serviço “porta-a-porta” de recicláveis, mencionado neste documento. -----

---- Seguidamente, interveio o Sr. Deputado Lavado dos Reis para apresentar algumas questões, como a construção de colectores de águas pluviais e a colocação de lombas redutoras. Quis ainda saber se a colocação dos oleões tem estado a obter resultados positivos. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Daniel Claro para sugerir que fosse adicionado a este documento alguma coisa que, do ponto de vista estratégico, fizesse realçar a actividade da Câmara num determinado período. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que numa primeira fase foram colocadas algumas lombas nas zonas mais críticas, sendo que na segunda fase, que ocorrerá em 2010, serão colocadas as restantes. Sobre os oleões, disse que por ser um projecto novo ainda se estão a fazer campanhas de sensibilização, no entanto, o resultado está a ser de acordo com o esperado. -----

Quanto à proposta do Sr. Deputado Daniel Claro, o Sr. Presidente disse que talvez possa acrescentar uma ou duas folhas contendo informação sobre a evolução de alguns vectores da estratégia de desenvolvimento do Concelho, apesar do documento estar elaborado de acordo com o que a lei obriga. -----

---- O Sr. Deputado António José Rodrigues interveio para corroborar a intervenção do Sr. Deputado Daniel Claro. -----

---- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

**Ponto 2 - PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS, ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2010  
E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2010/2013 - (P 21-A/P/2009)**

---- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da matéria constante desta proposta. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Justino Oliveira para dizer que, neste documento, não conseguiu identificar nada relacionado com o parque de lazer da Milhariça nem com o cemitério. Disse que também gostaria de ser esclarecido sobre as despesas com captações de água e sobre as obras condicionadas a candidaturas relacionadas com a OTA e com o QREN. -----

---- Seguidamente, pediu a palavra o Sr. Deputado José Manuel Pratas para elogiar o trabalho que foi apresentado pela Câmara Municipal e para informar de que o Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta. Informou ainda de que não irá apresentar qualquer requerimento com vista à prorrogação da reunião da Assembleia Municipal para depois da meia-noite. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro interveio para dizer que era impensável discutir-se em tão pouco tempo um documento desta natureza e com tanta importância e, por isso, chegada a meia-noite, não estando cumpridos todos os pontos agendados, a continuação da discussão dos trabalhos teria de passar para o dia seguinte. -----

Relativamente ao documento disse que o BE esperava mais, uma vez que o nosso futuro foi hipotecado na perspectiva da instalação do aeroporto na OTA. Por um lado, havia a expectativa económica induzida por aquilo que o aeroporto nos iria trazer e, por outro lado, houve uma retracção do investimento derivado aos condicionamentos. Quando este foi deslocado para Alcochete, e não estando em causa a bondade da decisão, abriu-se uma janela de oportunidade aqui no nosso Concelho, pelo que o BE acha que foi uma decisão bem tomada. Não deveria ser em vão que um Concelho e tantas pessoas tivessem sido prejudicadas durante 20 ou 40 anos. O Governo e as Câmaras pensaram o mesmo e partiram para a discussão de um conjunto de contrapartidas. Só que, segundo o Sr. Deputado, partimos desarmados para essa discussão com a perturbação da mudança de local do aeroporto. Não foi feito um amplo debate público sobre aquilo que queríamos para o concelho em relação ao futuro. Fomos à procura dos milhões em vez de se procurar o futuro. Era preferível menos dinheiro mas o caminho certo para o futuro. Iremos ter o saneamento da Vala Real e do Esteiro, que são importantes, bem como o arranjo em Manique do Intendente e uma estada que vai rasgar o Concelho a meio e que só é feita para proteger o que aí vem, ou seja, uma quantidade enorme de armazéns de logística. Iremos ter também o Biotério que vai consumir 27 milhões de euros de dinheiro público e apenas 6 milhões de privados que, cientificamente, estará desactualizado dentro de 20 anos. Não nos trouxe nem investimento e inteligência nem apoio à actividade produtiva do Concelho e passou-se ao lado da exigência da carta educativa para uma escola de formação profissional. O problema, segundo o Sr. Deputado, não é o que consta neste documento, mas sim o que lhe falta. -----

Acrescentou ser necessário que a Câmara defina em sede de plano e na sua estrutura orgânica um gabinete do enquadramento estratégico para o concelho e que defina também um regulamento de apoios sociais claro e variado tão necessário no nosso concelho. -----

---- Interveio de seguida o Sr. Deputado David Mendes para dizer que a opinião da CDU é de que este plano está desadequado para o Concelho, por via do peso que teve com a visão da construção do aeroporto e continua a ter com o plano de acção das contrapartidas. Disse concordar com o Sr. Deputado Daniel Claro no que diz respeito à falta do apoio efectivo ao desenvolvimento económico do Concelho. Depois pediu esclarecimentos sobre algumas matérias referidas no documento como a requalificação do eixo urbano Azambuja/Aveiras de Cima, a intervenção no Largo da Republica e zonas envolventes, o reordenamento da Quinta do Mor, o interesse da construção da ciclo via Azambuja/Virtudes, a aquisição de serviços às Aguas de Azambuja, a valorização do património histórico do Castro de Vila Nova de S. Pedro e ainda o valor elevado mencionado na rubrica “transferências correntes - outras”. ----

---- O Sr. Deputado Lavado dos Reis também quis ser esclarecido sobre questões relacionadas com a Freguesia de Aveiras de Cima. -----

---- Depois destas intervenções, tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que gostaria de poder dar resposta às questões levantadas pelos Srs. Deputados Municipais, em particular ao Sr. Deputado Daniel Claro, mas, dado o adiantado da hora, corre-se o risco destes documentos não serem aprovados nesta sessão com todos os riscos que daí decorrem para a Câmara. Referiu que o incumprimento do regimento por parte dos Senhores Deputados Municipais leva a que se desrespeite a Assembleia e se criem situações embaraçosas como as de hoje. ----- Chamou também a atenção para o facto de o Concelho de Azambuja ser único onde as reuniões da Assembleia Municipal se realizam à noite, em todos ou outros as reuniões fazem-se durante o dia. -----

---- Perante tais dificuldades a Coligação P.F.N.T. apresentou um Requerimento para que a votação do documento em análise fosse feita de imediato e a C.D.U apresentou também um Requerimento para que a sessão fosse prolongada por mais 30 minutos a fim de se terminar a discussão do referido documento. -----

---- Colocados à votação, em alternativa, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi o requerimento da Coligação P.F.N.T. aprovado com 22 votos a favor contra os 7 votos a favor obtidos pelo requerimento da CDU. -----

---- Mediante este resultado, o Sr. Presidente da Assembleia colocou de imediato à votação o Plano de Actividades e Orçamento para 2010, tendo sido aprovado por maioria, com 18 votos a favor do PS, 6 abstenções da CDU, 4 abstenções da Coligação PFNT e 1 abstenção do BE. -----

---- Colocado à votação o Plano Plurianual de Investimentos 2010/2013, foi o mesmo aprovado por maioria, com 18 votos a favor do PS, 6 abstenções da CDU, 4 abstenções da Coligação PFNT e 1 abstenção do BE. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro apresentou a seguinte declaração de voto: -----

---- **“DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

*O Plano de Actividades e o respectivo Orçamento de uma Câmara Municipal, são por natureza os documentos que espelham a concepção estratégica que as forças políticas que gerem os municípios, têm para a sua área de intervenção. ----- No caso concreto de Azambuja, o Plano e o Orçamento ora apresentados, espelham fielmente aquilo que o Bloco de Esquerda considera terem sido as omissões que estrategicamente nos têm empurrado para uma postura reactiva em relação às*

grandes opções de desenvolvimento, ao invés de uma postura activa de estabelecer um caminho e tomar opções de acordo com o caminho escolhido. -----  
Não que as medidas e acções nele inscritas estejam erradas globalmente, não por aquilo que diz, mas sobretudo por aquilo que não diz. Oportunamente hipotecámos o nosso modelo de desenvolvimento no sonho da construção de uma denominada cidade aeroportuária, adjacente ao aeroporto projectado para Ota, que faliu quando este foi deslocado para Alcochete. Durante várias décadas este concelho, quer do ponto de vista urbanístico, quer do ponto de vista de modelo de desenvolvimento, mercê das expectativas e sobretudo dos condicionamentos impostos pela área de intervenção do citado projecto de Ota, manteve em suspenso o seu desenvolvimento. Não se questiona a decisão tomada com a deslocação do aeroporto mas sim a forma como durante tantos anos tantas pessoas foram prejudicadas nas suas legítimas expectativas. -----

Essas pessoas, este concelho, mereciam por isso ser compensadas! E o governo negociou um pacote de contrapartidas! E é aqui que deveríamos ter tido ideias claras. Que deveríamos ter promovido um amplo debate sobre os novos caminhos que se abriam ao nosso desenvolvimento. Olhando para o nosso território de modo integrado, pensando em que patamar de desenvolvimento estávamos e a partir daí estabelecer uma ideia de concelho integrada e sustentada, partindo então para a discussão das contrapartidas que compensassem o tempo perdido! Não foi assim e o resultado é um pacote de medidas avulsas, faseadas no tempo e até, como se percebe do Plano e Orçamento ora apresentados, sem conclusão devidamente calendarizada. -----

São essas medidas erradas? Algumas delas são positivas, apenas não vão ao encontro do que era importante! Aquilo que ficou em causa com a deslocação do Aeroporto foi todo um modelo de desenvolvimento económico e social e era nisso que as contrapartidas se deviam centrar. Apoios à reorganização da actividade económica, apoios ao desenvolvimento social, apoios à criação de “inteligência” (como exemplo uma escola de formação profissional) tudo passou ao lado de uma negociação que visou mais os milhões do que uma ideia estratégica de concelho, que não existiu. É por isso que alguns sonharam campos de golfe e acordaram com mais uma desilusão, agora sonham com uma Lusolândia de contornos ainda pouco claros mas apresentada como uma bandeira de desenvolvimento, que mais uma vez não assenta em qualquer estudo que demonstre a sua viabilidade e nos descanse quantos aos reais objectivos que estão por detrás de tal projecto.-----

Este Plano e Orçamento ora apresentados, sendo os primeiros de um novo mandato deveriam representar uma nova esperança, mas, uma vez mais, traduzem-se basicamente numa listagem, na maior parte dos casos, da actividade de gestão corrente da Câmara Municipal. Era vital por exemplo que o Plano estabelecesse explicitamente a criação de uma estrutura autárquica de Planeamento Estratégico, a reactivação do Gabinete de Actividades Económicas, a criação de um Conselho Económico com participação da sociedade civil e a implementação de um Regulamento de Apoios Sociais.-----

Considera assim o Bloco de Esquerda, e como tal argumentou, que se falhou o objectivo que deve presidir a um verdadeiro Plano: estabelecer uma estratégia concelhia, planificando e orçamentando de acordo com as medidas que se entendem adequadas a essa visão de concelho como unidade territorial de desenvolvimento. ---

O nosso voto foi pois de abstenção porque falta nestes documentos uma ideia de planificação e concepção do futuro que deveria ser a sua matriz principal. -----

O Deputado Municipal -----

Daniel Claro -----  
29/12/2009” -----

---- O Sr. Presidente da Câmara voltou a intervir para informar de que não irá participar em qualquer discussão subsequente à votação do Orçamento e Plano de Actividades. Mostrou-se, no entanto disponível, para na próxima reunião deste Órgão, no período antes da Ordem do Dia, esclarecer as questões de fundo levantadas por alguns Deputados Municipais, particularmente, pelo Sr. Deputado Daniel Claro. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro mostrou-se muito desagradado com o facto de o Sr. Presidente da Câmara não pretender dar os esclarecimentos a seguir a esta votação.

---- O Sr. Deputado António Godinho interveio também para dizer que o Sr. Presidente da Câmara deveria ter dito, antes da votação do documento, que não iria discuti-lo a seguir. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara disse que não iria participar formalmente numa Assembleia a discutir um documento que tem uma acta de aprovação do dia 29 de Dezembro. -----

---- O Sr. Deputado António José Rodrigues pediu a palavra para dizer que o seu passado autárquico já vem desde acerca de 35 anos e nunca se lembra de ter assistido a uma situação semelhante à de hoje. -----

Perante as dúvidas que se levantaram em torno deste assunto, o Sr. Deputado municipal apresentou a seguinte declaração de voto: -----

----“**DECLARAÇÃO DE VOTO**” -----

---- *O Sr. Presidente da Câmara tem razão, até certo ponto, muito embora devesse ter alertado antes que não iria discutir o documento após a sua votação.* -----

*O mais coerente deveria ter sido conceder-se mais alguns minutos ao Sr. Presidente e aos Grupos, sendo que por volta da meia-noite e meia hora a Assembleia estaria terminada com todos os pontos constantes da Ordem do Dia cumpridos de uma forma legal. Neste momento faltam 5 minutos para a meia-noite e os trabalhos não estão concluídos.* -----

*Só tenho memória de uma situação paralela na CEE, na década de 50/60, em que numa reunião muito lenta para aprovação de um qualquer tratado, com o avançar das horas e numa determinada altura, decidiram parar o relógio da sala para levarem a ordem de trabalhos até ao fim, sendo que esse tratado apenas foi aprovado por volta das 5/6 horas da manhã. Tratou-se de uma situação caricata mas aconteceu. Aqui estamos a discutir um documento de extrema importância, o tempo é curto, votamos o documento e depois vimos cá discutir o resto na semana que vem. Isto é também uma caricatura. Com o devido respeito pelas opiniões contrárias à minha, eu procuro ser coerente. Entendi também que o requerimento era só para votar o Orçamento, afim de ser aprovada a minuta da acta para ter eficácia a partir de 1 de Janeiro, e que o plano de Actividades ficaria para depois. Continuo a dizer que tenho dúvidas quanto à legalidade desta votação e se houver uma impugnação teremos uma situação difícil de resolver”. -----*

---- A Coligação pelo Futuro da Nossa Terra apresentou também a seguinte declaração de voto: -----

----“**DECLARAÇÃO DE VOTO**”-----

*Tal como na sessão extraordinária da Câmara Municipal de Azambuja, que se realizou no dia 17 de Dezembro de 2009, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA não participou na discussão do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos - Plano de Actividades Municipais, Orçamento para 2010 e Plano Plurianual de Investimentos 2010-2013 -, porque o Sr. Presidente e a maioria socialista não cumpriram com o*

*disposto no artigo 5º, nº3 do Estatuto do direito da Oposição (Lei nº 24/98, de 26 de Maio).*-----

*Nós respeitamos a legitimidade democrática da maioria socialista.*-----

*Mas, a maioria socialista tem a obrigação legal e ética de respeitar os direitos da Oposição, nomeadamente o direito de audição prévia quanto às propostas de orçamentos e planos de actividades.*-----

*E não foi isso que aconteceu, pois o Sr. Presidente e a maioria socialista não perguntaram à Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA quais as propostas e prioridades que, em nosso entender, deveriam constar dos documentos de gestão referidos.*-----

*Assim, o Sr. Presidente e a maioria socialista, conscientemente, violaram o dever de consulta prévia das Oposições.*-----

*O PS confunde maioria absoluta com poder absoluto e com verdade absoluta.*-----

*Ora, esta atitude absolutista e autista da maioria socialista é lamentável.*-----

*Até porque já ficou bem demonstrado que o Concelho de Azambuja tem muito a ganhar quando o Sr. Presidente e a maioria socialista escutam a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA.*-----

*A título de exemplo, recordamos o nosso contributo positivo nas questões do Projecto “Lusolândia”e da reestruturação dos Serviços de Saúde no Concelho de Azambuja.*-----

*Reafirmamos que a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA respeita a legitimidade democrática da maioria socialista e a vontade clara do Povo do Concelho de Azambuja, expressa recentemente nas urnas.*-----

*Não queremos “forçar” a maioria socialista a abdicar do seu programa eleitoral.*-----

*Queremos, isso sim, que as Oposições sejam previamente auscultadas na elaboração dos Plano de actividades Municipais e respectivos Orçamentos.*-----

*Pois estamos certos que ninguém é dono da verdade absoluta e que o Concelho de Azambuja teria muito a ganhar com a inclusão de propostas e projectos apresentados pelas Oposições.*-----

*Por último, recordamos ao Sr. Presidente que não pode continuar a fazer “tábua rasa” do Estatuto do Direito da Oposição.*-----

*O Sr. Presidente pode discordar da Lei. Mas tem de a cumprir.*-----

*Por isso, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA vai dar conhecimento da presente Declaração de Voto ao Exmº Senhor Provedor de Justiça.*-----

*Não obstante o acima dito, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA terra entendeu que deveria votar abstenção, pois estes documentos de gestão são os primeiros deste mandato e temos a expectativa de que no futuro a maioria socialista respeitará o Estatuto do Direito da Oposição.*-----

*Azambuja, 29 de Dezembro de 2009*-----

*Os Deputados Municipais da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA”*-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para dizer que a Assembleia tem estado a funcionar na medida em que tiveram lugar as declarações de voto dentro do período de funcionamento da mesma, pelo que a partir de agora há dois pontos que irão ser agendas para outra altura. No entanto, o problema que se põe é de que a minuta da acta tem de ser aprovada para validar a aprovação dos documentos.-----

----O Sr. Deputado Daniel Claro para dizer que este problema foi criado pelo Partido Socialista uma vez que este partido não pode querer que a discussão destas matérias seja feita em meia hora e, a ser assim, está profundamente errado do ponto de vista democrático. A posição do BE visou facilitar a vida ao Município prosseguindo a discussão política relativamente às grandes opções do plano e tem flexibilidade para

em momentos em que é preciso tomar algumas atitudes, também em benefício do Município, poder viabilizar, excepcionalmente, algumas destas situações de boa fé. O que o BE não esperava era que esta Assembleia não continuasse. Assim, na sua opinião, só há uma solução, que é o Partido Socialista assumir as suas responsabilidades e apresentar uma proposta para revogar o requerimento anterior e prolongar a Assembleia tendo em vista a votação a minuta da acta, porque não basta votar o documento e também essencial votar a minuta da acta. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho insistiu que o requerimento apresentado para votação do documento pressupunha a discussão política após essa mesma votação. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para dizer que no momento oportuno chamou a atenção dos representantes do partido Socialista para o facto de se estar a chegar à meia-noite e ainda não ter sido apresentado nenhum requerimento para a continuação dos trabalhos, já que a prática, nos últimos 2 mandatos, era essa. ----- Hoje fomos confrontados com esta posição de força e estamos sem saber o que fazer a seguir. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro voltou a intervir querendo ouvir o Grupo do Partido Socialista a assumir as suas responsabilidades sob pena de abandonar a presente sessão. -----

---- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas fez chegar à Mesa um Requerimento do Grupo Parlamentar do PS a requerer que a Assembleia só termine depois da votação da minuta da acta. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia colocou o Requerimento do PS à votação, tendo o mesmo sido aprovado com 20 votos a favor. -----

---- Relativamente aos restantes pontos da Ordem do dia, o Sr. Presidente da Assembleia disse que iria retirar o Regimento para correcção, sendo apresentado posteriormente. Caberia à Câmara e ao Partido Socialista decidir sobre as propostas constantes do ponto 3 e 4 mas, certamente, transitariam para a próxima sessão deste Órgão. -----

---- O Sr. Deputado Rui Nabais não quis deixar passar esta oportunidade sem referir que, de acordo com a opinião do Sr. Deputado António Godinho, esta reunião foi uma lição para todos, cabendo, no entanto, a todos tirar dela a sabedoria necessária para, futuramente, tornar esta Assembleia mais digna e elevada. -----

#### **ACTA – APROVAÇÃO POR MINUTA**

---- O Deputado Municipal da C.D.U., Sr. António José Rodrigues, informou de que não iria participar na votação da minuta. -----

---- O Primeiro Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

#### **ENCERRAMENTO**

----Eram zero horas e quarenta e dois minutos do dia 30 dia trinta de Dezembro de dois mil e nove, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -----

---- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----